

# Carga de tributo e encargo na conta de luz continua alta

Estudo do **Acende Brasil** e PwC mostra que carga tributária e de encargos chegou a 47,3% da tarifa de energia e não há perspectiva de queda relevante no futuro próximo

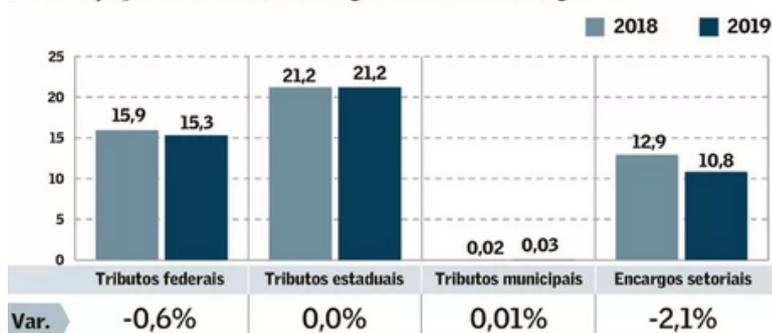
Por **Letícia Fucuchima** — De São Paulo

21/08/2020 05h01 · Atualizado há 6 horas

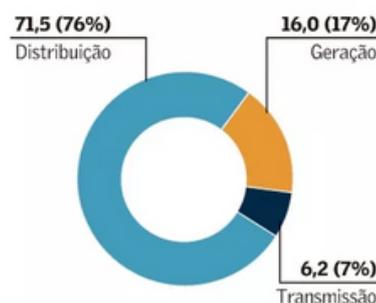
## Sem alívio na conta

Peso de tributos e encargos na tarifa de energia permanece elevado

### Participação de tributos e encargos na tarifa de energia - %



### Soma dos tributos e encargos em 2019 - em R\$ bilhões



**Total**  
2018: 50,0% | 2019: 47,3% | Variação: -2,7%

Total: R\$ 93,7 bilhões

### Participação de tributos e encargos na tarifa de energia - Série histórica - Total - %



	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Tributos federais	16,7	14,4	14,3	15,7	15,9	15,3
Tributos estaduais	17,8	21,9	21,6	21,2	21,2	21,2
Encargos setoriais	5,6	15,4	12,0	10,8	12,9	10,8
Tributos municipais	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0

Fonte: Instituto Acende Brasil e PwC

Motivo de preocupação por parte do governo e da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), o peso dos tributos e encargos na tarifa de energia permanece elevado.

Segundo um estudo do Instituto **Acende Brasil** e da PwC antecipado ao **Valor**, 47,3% da receita bruta operacional das empresas do setor elétrico em 2019 foi destinada ao pagamento de impostos e contas de fundos setoriais. Em valores absolutos, a quantia soma R\$ 93,7 bilhões.

Houve ligeira queda em relação ao apurado em 2018, quando o percentual chegou a 50% da conta de luz. Esse movimento refletiu basicamente uma redução de 2,2% da arrecadação da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), com o fim do recolhimento das quotas “CDE Energia”, que ressarciam o fundo por despesas extraordinárias das distribuidoras em 2013.

Apesar da pequena variação na passagem do ano, a carga de tributos e encargos permanece muito alta, e não há perspectivas concretas de mudança significativa à frente, alertam os especialistas. “Fomos mudando de patamar, durante muito tempo foi de 30% e poucos, 40%, e agora estamos beirando 50% [da conta de luz]. Não podemos nos conformar com isso. A sociedade ainda não percebe o verdadeiro impacto negativo dos subsídios diretos e indiretos que, em última instância, estão pendurados na conta”, diz **Claudio Sales**, presidente do **Acende Brasil**.

O levantamento da PwC e do **Acende Brasil** analisou demonstrações financeiras de 35 empresas de geração, transmissão e distribuição de energia, que representam cerca de 70% do mercado. Estão contemplados sete tributos federais, estaduais e municipais e onze encargos setoriais.

A carga está concentrada principalmente no lado dos tributos, que responderam por 36,5% dos 47,3% apurados. O destaque são os tributos sobre consumo (ICMS, PIS, Cofins e ISS), com 31,1%.

No cômputo geral, a carga tributária praticamente não mostrou variação de ano para ano. Porém, já se observou uma ligeira queda na linha de PIS e Cofins, refletindo a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) de

excluir o ICMS da base de cálculo para a incidência do PIS e Cofins.

Com base nesse entendimento, várias empresas já tiveram êxito em suas ações para recuperar o PIS/Cofins pagos sobre o ICMS e para não incluí-lo mais na base dessas contribuições, observa Bruno Porto, sócio da PwC. “Constatamos que algumas empresas do setor já estão aplicando a decisão, e com isso a alíquota efetiva da PIS/Cofins caiu, gerando menos arrecadação.”

Já do lado dos encargos, o grande problema é a CDE. Espécie de “super fundo” do setor elétrico, a CDE é utilizada para subsidiar desde a aquisição de combustível fóssil para geração de energia no Norte e Nordeste até descontos na conta de luz de várias classes de consumidores.

“O que tem sido mais problemático é o crescimento dos subsídios para determinados consumidores, como irrigação, rural, aquicultura”, explica **Richard Hochstetler**, diretor de Assuntos Econômicos e Regulatórios do **Acende Brasil**. Ele observa que, embora já esteja em vigor um plano do governo de redução dos descontos tarifários para alguns segmentos, com diminuição das alíquotas em 20% ao ano até a extinção, o número de clientes vem aumentando.

**Hochstetler** ressalta ainda que os descontos a consumidores especiais das chamadas “fontes incentivadas” de energia têm crescido rapidamente, “inflando” a CDE. Na quarta-feira, o diretor-geral da Aneel, André Pepitone, afirmou ao **Valor** que essa questão está na mira do regulador e do governo. Segundo Pepitone, o Ministério de Minas e Energia estuda antecipar a retirada desses subsídios.

Os especialistas ainda não fizeram uma análise aprofundada sobre as propostas de reforma tributária que estão na mesa. Porém, **Hochstetler** avalia que, de forma geral, a unificação dos regimes e a tributação uniforme tenderiam a ser positivas. “Mas se a reforma for feita em partes, e não se chegar ao final, seria terrível”, pontua.